



SETORIAL DE EDUCAÇÃO | PT/ES

TESE AO ENCONTRO SETORIAL DE EDUCAÇÃO DO PT DO ESPÍRITO SANTO

Alguns aspectos históricos estruturais da sociedade brasileira

1. A sociedade brasileira, historicamente, é considerada uma sociedade de capitalismo dependente e de desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, os setores denominados de atrasados, improdutivos e informais constituem-se como condição essencial para a modernização do núcleo integrado ao capitalismo mundial, permitindo que os setores modernos e integrados da economia capitalista (interna e externa) se alimentem e cresçam apoiados nos setores considerados atrasados e em simbiose com eles.
2. Assim, a persistência da economia de sobrevivência nas cidades, a ampliação ou o inchaço do setor terciário ou da altíssima informalidade, o analfabetismo, a baixa escolaridade e a alta exploração de mão de obra de baixo custo foram e continuam sendo funcionais à elevada acumulação capitalista, ao patrimonialismo e à concentração de propriedade e de renda.
3. Como a educação não está desconectada das relações dominantes da sociedade, constata-se que a burguesia brasileira nunca se preocupou em implementar um projeto de uma escolaridade básica e uma formação educacional como direito social e subjetivo, para a maioria dos trabalhadores, e muito menos uma formação crítica e emancipatória.
4. Com o advento dos governos do PT, buscou-se implementar políticas educacionais para garantir o direito à educação para os trabalhadores e os filhos da classe trabalhadora, com a implementação de programas e projetos da educação infantil à universidade, com a criação do FUNDEB e o permanente diálogo com a sociedade por meio de canais de participação como as conferências, os fóruns, os conselhos, etc.

Alguns elementos do legado do PT no setor da educação

5. a) *Valorização profissional* – piso nacional docente. Em 2008, Lula sancionou a lei criando o piso nacional para os professores da educação básica. Além de definir um salário mínimo a ser pago, em qualquer lugar do Brasil, por uma jornada de 40 horas semanais, a lei também reserva uma parte da jornada para que o profissional planeje e prepare aulas, estude e corrija avaliações. Em 2009, o primeiro piso foi fixado em R\$ 950, crescendo 42% acima da inflação até 2016.

6. *b) Investimento em infraestrutura na educação básica e no Ensino Superior:* Escolas em tempo integral, novos IFE e Universidades. Criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para avaliar a qualidade do ensino nas escolas públicas e, assim, desenvolver ações para superar os principais desafios encontrados. Entre 2007 e 2013, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) destinou recurso para mais de 37 mil escolas, priorizando aquelas com Ideb abaixo da meta nacional. O Mais Educação, outro programa criado pela gestão Haddad/Lula, ampliou-se a jornada de 57 mil escolas públicas para, no mínimo, 7 ou mais horas diárias, um investimento de R\$ 4,5 bilhões. Além das disciplinas regulares, são oferecidas atividades como acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, entre outras.
7. *c) Reestruturação e Expansão de Universidades Federais.* Processo de expansão sem precedentes na história do Brasil, o Reuni permitiu que a universidade pública chegasse ao interior do país. Em todo o Brasil, graças ao programa, foram criados 173 campi universitários e 18 universidades federais. O número de matrículas duplicou, de 2003 a 2014: de 505 mil para 932 mil. O número de professores universitários da rede federal também aumentou no período, de 40,5 mil para 75,2 mil. Prouni, o maior programa de concessão de bolsas para o ensino superior do mundo. Até 2015, 2,55 milhões de pessoas tiveram acesso a universidades pagas. E pelo Fies, fundo de financiamento para ensino superior privado já existente, mas reformulado e fortalecido, foram 2,14 milhões os beneficiados.
8. *d) Financiamento da educação: FUNDEF/FUNDEB:* orçamento para a pasta, em 2003, era de R\$ 18,1 bilhões, pulando para R\$ 54,2 bi, em 2010. Um salto de quase três vezes o valor, em oito anos de governo Lula. Se considerarmos até 2016, ano em que Dilma sofreu o golpe, o montante atinge 100 bilhões.
9. *e) As Conferências e os Planos Nacionais de Educação:* A Conferência Nacional de Educação (CONAE) era um espaço democrático aberto pelo Poder Público e articulado com a sociedade para que todos pudessem participar do desenvolvimento da Educação Nacional. Era Convocada pelo Governo Federal e possuía caráter deliberativo e apresentando um conjunto de propostas que subsidiariam o Plano Nacional de Educação (PNE). Tinham o objetivo de garantir a participação da sociedade nas discussões pertinentes à melhoria da educação nacional os espaços de discussão são abertos à colaboração de todos — profissionais da educação, gestores educacionais, estudantes, pais, entidades sindicais, científicas, movimentos sociais e conselhos de educação, entre outros.

A educação em meio ao golpe continuado e à pandemia

10. Desde o golpe de 2016, que levou ao impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, o processo de desmonte da educação, sobretudo da educação pública, tornou-se desenfreado, principalmente após a aprovação da Emenda Constitucional nº 55/2016 (PEC do teto dos gastos públicos), que diminuiu drasticamente o orçamento nas áreas de ciência, tecnologia e educação, entre outras.
11. Com a pandemia do COVID-19, as desigualdades sociais já existentes se agravaram, e não obstante, o MEC de Bolsonaro intensificou os ataques à educação pública por meio do incentivo da implementação de um ensino remoto excludente - sem políticas de democratização do acesso, com mais cortes orçamentários, criação de escolas cívico-militares e através da nomeação de reitores interventores nas universidades - que compactuam com esse projeto privatista para as IFES.
12. Em suma, a educação pública, bem com outros bens públicos, está sendo sequestrada pelo empresariado para colocar em curso seu projeto, disputar ideologicamente e garantir seus lucros. Logo, é notório que a educação é vista como uma mercadoria, tendo apenas o

lucro como objetivo e sendo aos poucos afastada do Estado, abandonando-a enquanto um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, e justificando sua privatização.

13. Com isso, possibilita-se um maior controle ideológico, colocando o Estado apenas como um disciplinador das atividades das organizações prestadoras de serviço, além da escola ser vista como uma empresa, aliada à padronização de bases nacionais curriculares.
14. A combinação entre os interesses econômicos e a constituição de uma sociedade conservadora que sustente o “mercado” no capitalismo é a principal característica, desde o nascimento, do projeto neoliberal. As propostas de Escolas sem partido, Escolas Cívico Militares, Ensino em casa e outras que por ventura venham a aparecer são nuances do mesmo projeto.
15. A pandemia somente destacou aquilo que já era nítido para nós do lado de cá: não há uma alternativa de frear a mercantilização e o desmonte da educação sem que haja uma oposição incessante a essa política, a partir de um movimento social e político fortalecido e protagonista na derrocada desse projeto de sucateamento e privatista representado pelo governo de Bolsonaro. Para o futuro, só haverá resistência nas escolas e nas instituições públicas se tiver o esforço da comunidade, sendo papel dos movimentos sociais organizá-la e garantir a gestão democrática e o orçamento público.

As Escolas Cívico-Militares

16. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa pretende implantar 216 Escolas Cívico Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano. Trata-se de desrespeito aos preceitos constitucionais da educação, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e ao Plano Nacional de Educação.
17. O argumento usado de que o principal problema da educação é a indisciplina e a violência, esconde o saudosismo da ditadura militar e é a consolidação das políticas públicas pautadas por um estado policial. Esta é a visão das elites, desde tempos remotos, de que os problemas sociais são problemas de polícia e neste sentido, para as classes populares, a presença militar dentro das escolas se reverterá em disciplina e ordem. Por outro lado, ao colocar militares para administrar e coordenar atividades pedagógicas nas escolas públicas, o programa retira a autonomia e a importância dos profissionais da educação, que passam por um longo processo de formação na sua trajetória profissional, além de tentar intimidar e impedir a organização dos trabalhadores em educação.
18. Neste sentido, a Setorial de Educação do Partido dos Trabalhadores/as, de acordo com as discussões do congresso nacional do PT e das diretrizes do Setorial Nacional, orienta aos governos petistas e a militância petista a rejeitarem e lutarem contra o Programa de Escolas Militares do governo Bolsonaro e a se referenciar nas nossas experiências exitosas de gestão democrática e de inclusão social, que tornam o legado da política educacional do PT fundamental para a afirmação da escola pública de qualidade social para todos os brasileiros e brasileiras.

O novo velho Ensino Médio

19. Em 2016, Temer enviou a Medida Provisória 746 ao Congresso, para criar o que ele dizia ser um Novo Ensino Médio. Esse projeto recebeu várias críticas, mas acabou sendo aprovado por 263 votos contra 106. Todos os partidos golpistas votaram a favor. O PT, o PCdoB e o PSOL votaram contra. A medida provisória foi aprovada e se tornou a Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu mudanças na estrutura do ensino médio.
20. Dentre as várias mudanças aprovadas, a principal diz respeito à forma que o ensino médio terá. Agora, os estudantes deverão optar entre cinco itinerários formativos nos quais

querem se formar. Portanto, não haverá mais um conteúdo igual para todos os estudantes nas escolas públicas. Porém, na hora de fazer o ENEM todo o conteúdo será cobrado. As escolas particulares dos ricos vão continuar oferecendo todo o conteúdo regular, conforme as exigências do ENEM.

21. O novo ensino médio permite a privatização do ensino, quando estabelece parcerias com empresas privadas e a possibilidade também do ensino à distância, logicamente realizado por empresas privadas.
22. Os estudantes do ensino técnico durante a ditadura eram formados para trabalhar nas fábricas e empresas como uma mão de obra barata, que substituísse os profissionais de nível superior. O objetivo de Temer, do empresariado que o apoiava e que também apoia agora Bolsonaro, é o mesmo: garantir que o filho do trabalhador não faça faculdade e que ganhe um salário baixo, mantendo a concentração da riqueza e do poder no Brasil.
23. Os Institutos Federais que foram criados por Lula e Haddad estabeleceram que a formação do estudante no curso médio integrado seria igual ao do ensino médio regular acrescido da formação técnica. Por isso, os estudantes formados nos institutos federais são considerados os melhores do ensino médio, comparados com as redes estaduais e particulares de ensino do Brasil.
24. Esses golpistas preferem um modelo de escola precária de má qualidade, ao modelo vitorioso dos Institutos Federais que garante ótima qualidade de ensino, melhores condições de trabalho aos servidores, com instalações e equipamentos adequados à formação do nível médio e técnico.
25. Os governos Temer e Bolsonaro, os deputados e senadores que os apoiam pregam um ensino público pobre para a classe trabalhadora e uma escola privada para os filhos dos ricos; priorizam a formação da classe dominante, apta a conduzir um país para poucos. Ao mesmo tempo, obrigam os filhos da classe trabalhadora a ter uma formação de pior qualidade e, portanto, a se submeter a trabalhar nas piores condições possíveis. Querem a reprodução do capitalismo na educação, a classe dominante domina e a classe trabalhadora é subjugada e explorada.

A situação geral da educação no estado e nos municípios

26. Assim como em diversos setores da economia e desenvolvimento do estado, os últimos governos têm sido orientados para o desenvolvimento das políticas educacionais pela ONG empresarial “Espírito Santo em Ação” com um claro projeto de privatização do setor e um projeto formativo enlaçado ao desenvolvimento do capital.
27. A rede estadual de ensino, principalmente no interior do estado, apesar do processo de municipalização do ensino do final dos anos 90 e início dos 2000, ainda mantém escolas de ensino fundamental, mas nos últimos governos fechou inúmeras que atendiam principalmente as populações do campo e a educação de jovens e adultos. Investiu no chamado “Ensino médio inovador” com escolas de tempo integral na forma dos “Itinerários Formativos” propostos, ainda pelo governo do golpista Temer. Já a educação do campo vem sofrendo com o fechamento de várias turmas da EJA, sem mencionar que não existem eleições diretas para as direções das escolas.
28. A SEDU – Secretaria de Educação do Estado impôs medidas como a obrigatoriedade do retorno presencial dos estudantes da rede Estadual a partir de 26/07/2021 sem um debate adequado com a sociedade, desrespeitando pais, mães, professores (as) e principalmente os estudantes, que não tiveram nem o direito de serem ouvidos.

29. Em muitos dos municípios capixabas, a educação sofre também ataques dos governos locais. Um exemplo é a capital. A prefeitura já sinalizou, no início do ano, ao governo federal o interesse em ter uma Escola Cívico Militar em nossa capital, um modelo escolar que é questionado por movimentos sociais e educacionais pela sua concepção conservadora e autoritária. Também cabe registrar iniciativa da Câmara Municipal, de maioria conservadora, que propõe seguidamente a implantação do projeto Escola Sem Partido, já tornado inconstitucional pela justiça. Importante destacar que existem iniciativas semelhantes em Vila Velha, Viana, Montanha, Serra e talvez em outros municípios.
30. O Escola sem Partido, propõe limitações às funções das professoras e professores municipais, confunde o espaço público com o privado, impede o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, ao definir a neutralidade como princípio educacional. Nega a liberdade de cátedra, além da possibilidade de ampla aprendizagem. Contraria princípios legais, políticos e pedagógicos, confronta o reconhecimento da diversidade de pensamento, dos diferentes saberes e práticas, além de cercear o exercício docente, fere a Constituição Federal de 1988, ao restringir o papel das professoras e professores, estabelece a censura de determinar conteúdos e materiais didáticos, afronta a autonomia do sistema de ensino, a valorização da diversidade humana e a inclusão social.
31. Mas a ofensiva contra a educação e seus trabalhadores também está no terreno dos direitos trabalhistas e previdenciários. Como exemplo, podemos citar, mais uma vez, o que ocorreu na capital. No mês de junho, aprovou na Câmara Municipal da capital, em segundo turno, a alteração da Lei Orgânica do município, que possibilitará a reforma do sistema previdenciário dos servidores municipais. A falta de debate caracterizou o processo, que representará perdas aos servidores com a elevação da idade para a aposentadoria e a da alíquota de contribuição, de 11% para 14%. Em relação aos/às aposentados/as que não tinham desconto, desde a posse de Pazzolini sofrem um desconto de 14% nos proventos.
32. Entidades como PAD-Vix (Professoras(es) Associadas(os) pela Democracia em Vitória), ASSIM (Associação dos (as) Inativos(as) do Município de Vitória) e o SINDISMUVI (Sindicato dos Servidores (as) Municipais de Vitória) têm se organizado para resistir ao atual governo municipal; bem como para enfrentar os ataques que a maioria da atual Câmara Municipal faz, principalmente, às servidoras municipais, com ataques machistas, homofóbicos e discriminatórios, desferidos particularmente pelos vereadores Gilvan da Federal (Patriotas) e Denninho Silva (Cidadania), inclusive contras duas vereadoras da Casa, Karla Coser (PT) e Camila Valadão (Psol).

A situação do Setorial de Educação do PT do ES

33. No ES no último processo eleitoral o Setorial da Educação não alcançou quórum suficiente para ser formado. Por isso o setorial hoje não tem uma atuação. Não tem se reunido sequer com comissão provisória, tem formulado pouco e deixado de protagonizar debates que lhes dizem respeito. O PT tem um grande acúmulo nos debates sobre a educação, nos movimentos sociais, estudantis e populares ligados ao tema. Constrói importantes experiências em seus governos. Há uma presença significativa entre trabalhadores e trabalhadoras da educação, entre estudantes. Portanto, há que o Setorial existir e assumir a responsabilidade que lhe cabe exercendo protagonismo nos debates e nas lutas educacionais no estado.

Objetivos que devem orientar a atuação do Setorial

- a. motivar a organização partidária de filiados e de filiadas petistas conforme os movimentos sociais dos quais participam;
- b. orientar o Partido para que, obrigatoriamente, envolva o setorial de Educação na elaboração de políticas públicas no âmbito partidário, como forma de subsidiar programaticamente a ação institucional do Partido;
- c. em cada setor, subsidiar a representação institucional do PT nas suas relações com os movimentos sociais, com as bancadas parlamentares e com os governos onde há quadros do Partido.

Tarefas e ações para o setorial de Educação:

- d. Pautar os problemas da educação, internamente e publicamente, de maneira crítica e orientada pelas posições históricas e vigentes do PT e contribuir para que o conjunto construa outras posições e definições a partir do acúmulo do setorial;
- e. Construir opiniões políticas, de maneira coletiva e aprofundada, que subsidiem nossas frentes de atuação ligadas ao tema educação, sejam elas institucional, parlamentar, sindical, estudantil ou do movimento popular;
- f. Contribuir para que os nossos militantes, nas diferentes áreas da educação, tenham uma atuação articulada e uma intervenção coletiva enquanto militantes petistas;
- g. Construir espaços de debates, presenciais e virtuais, para discutir os temas mais presentes na conjuntura política e educacional: como seminários, cursos, entrevistas, lives, textos, etc.
- h. Colaborar na formulação de políticas públicas do Partido na área de educação nos âmbitos estadual e municipal;
- i. Atuar no sentido de contribuir para a consolidação de uma rede estadual de educação profissional e tecnológica no estado, bem como de uma universidade estadual;
- j. Estimular a participação e o envolvimento da militância petista na Conferência Nacional Popular de Educação (Conape 2022) e contribuir para seus debates;
- k. Construir uma avaliação, um debate e um acúmulo sobre a atuação do principal sindicato ligado à educação no estado, o Sindiupes, pois há diversas avaliações entre os petistas, com críticas quanto à atuação da direção que afeta significativamente a credibilidade política do partido e do sindicato entre os(as) profissionais da educação capixaba.
- l. Realizar reuniões da Coordenação estadual a cada trimestre e uma Plenária Estadual de todos os e as militantes da educação uma vez ao ano, no mínimo;
- m. Divulgar as ações do setorial nas redes sociais do Partido.